

NX Gold S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração

O ano de 2022 ainda foi marcado no seu primeiro semestre pelos efeitos da pandemia da COVID-19. Paralelo ao apoio integral a campanha de vacinação, a Companhia manteve suas medidas de prevenção: distanciamento social, maior espaço em ônibus e restaurantes, utilização de máscara e álcool gel, testes de funcionários. Ao longo de 2022 a Companhia gastou BRL 1.153 milhões em atividades para mitigar os efeitos da COVID. Ao final do ano, apesar de todas as dificuldades trazidas pela covid – e suas variantes, em particular a omicron, que aumentou o número de contaminações na Companhia, conseguiu superar suas previsões, e manteve operações normais ao longo do ano.

Em função de reflexos sentidos ainda em sua cadeia de suprimentos, de forma a assegurar sua cadeia de suprimentos e a manutenção de suas atividades, a Companhia manteve sua política de manter em nível mais elevado, os estoques de alguns produtos intermediários de maior consumo. Felizmente, apesar das dificuldades enfrentadas, a empresa pode manter suas operações normais, sem interrupções, atingindo ao final do ano a produção de 1.327 kg de ouro (equivalentes 42.669 oz), superando seu planejamento realizado ao final de 2021.

O ambiente de incertezas trazidas pela pandemia, fez com que as cotações internacionais do ouro mantivessem os níveis de cotações elevados observados em 2021. Os preços médios do ouro em 2022 mantiveram-se em 1.800,80 comparados aos 1.799,58 observados em 2021. O contrato assinado com a Umicore em janeiro de 2020 teve continuidade. 100% da produção da Companhia foi destinada a esse cliente, representando vendas de 1.321 kg (42.487 onças).

Ao longo do ano, como demonstrado acima, os preços do ouro no mercado internacional mantiveram cotações significativamente elevadas. Apesar das dificuldades operacionais e logísticas trazidas pela pandemia, que de alguma forma ainda foram sentidas em 2022, o preço do ouro, juntamente com as cotações do dólar, permitiu que a empresa superasse suas previsões iniciais em termos de faturamento e geração de caixa, alcançando resultados expressivos.

Com objetivo de permitir melhor recuperação de suas reservas em sua mina subterrânea, a Companhia investiu ao longo de 2021 e 2022 na construção de uma planta de paste fill, para preenchimento da área anteriormente ocupada por realces já lavrados, permitindo a lavra de todas as reservas anteriormente identificadas. Essa planta ficou operacional em março/2022, consumindo investimentos de BRL 19 milhões. Os resultados da operação dessa planta serão observados na operação da empresa ao longo de 2022 e anos futuros.

Ainda em 2021, através de sua controladora Ero Gold foi realizada uma operação de “streaming” através do acordo firmado entre a controladora Ero Gold e a Royal Gold, de 25% do volume de suas reservas de ouro, conforme volumes certificados em seu relatório de recursos e reservas referentes ao ano de 2021. Através dessa operação, a controladora da Companhia recebeu adiantamento no valor total de USD 110 milhões, que serão pagos através da entrega do volume total de 93.000 onças, equivalentes a 25% das reservas certificadas. Os recursos obtidos nessa operação serão utilizados para expansão da capacidade de investimento do grupo Ero, na companhia e em outros ativos considerados estratégicos.

No ano de 2022, trabalhamos em torno da mina do Santo Antônio e Matinha, e nas áreas de exploração da companhia que é em torno de 130 mil hectares. Na sondagem de superfície executamos 69 furos nos alvos (Santo Antônio, Matinha, São Lucas, Queté, Cachoeira, Vinhal, Japonês, Banco da Terra, Juriti e Manchão) totalizando 30.451 metros, com investimentos de BRL 32,8 milhões. Na sondagem de subsolo no alvo Santo Antônio, executamos 33 furos totalizando 6.464 metros, com investimentos de BRL 6,5 milhões.

A Companhia continua atenta as demandas adicionais trazidas pelas variantes da pandemia, cujos efeitos infelizmente se estendem por períodos maiores do que os inicialmente imaginados pelo governo e sociedade em geral. Ao final de 2022, a empresa contava com 99% de seus funcionários com a proteção vacinal completa. Nossas ações atualmente são pautadas por 4 pontos: segurança dos nossos funcionários e prestadores de serviços; continuidade normal de nossas operações; produção com baixo custo de produção e ações para aumento dos volumes de recursos e reservas. E continuamos seguindo nosso planejamento com a execução de ações de mitigação dos riscos, o que tem nos permitido crescer nossas operações mesmo em um cenário bastante adverso.

Agradecemos o apoio dos nossos acionistas, a dedicação e comprometimento de nossos funcionários, e a parceria de nossos fornecedores e de nosso cliente. Com certeza essas ações combinadas nos ajudaram a passar com sucesso por mais um ano atípico e desafiador.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

NX Gold S.A.

Nova Xavantina - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NX Gold S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NX Gold S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de novembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

NX Gold S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	174.369	125.009	Fornecedores	13	26.619	22.865
Contas a receber de clientes	8	2.196	19.972	Salários, encargos e contribuições sociais	15	6.972	6.947
Estoques	9	39.085	35.842	Impostos a pagar	16	4.377	4.485
Impostos a recuperar	10	9.585	8.988	Imposto de renda a pagar	16	122	1.876
Imposto de renda e contribuição social		459	459	Contribuição social a pagar	16	3.311	3.482
Outros créditos e despesas antecipadas		7.504	4.540	Participação nos resultados	17	4.128	2.678
				Dividendos e juros sobre o capital próprio	20	48.137	23.010
				Instrumentos financeiros derivativos	28	-	6.288
				Outras contas a pagar		197	161
				Passivos de arrendamentos	14	22.872	10.461
Total do ativo circulante		233.198	194.810			116.735	82.253
Não circulante				Total do passivo circulante			
Investimentos		11	11	Não circulante			
Depósitos judiciais		452	450	Participação nos resultados	17	1.882	1.520
Ativo fiscal diferido	26.c	4.654	4.305	Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	18	18.719	21.371
				Provisão para perdas com processos judiciais	19.a	1.949	2.399
Total do realizável a longo prazo		5.117	4.766	Passivos de Arrendamentos	14	17.821	1.848
Imobilizado	11	501.242	369.457			40.371	27.138
Intangível	12	6.861	5.139	Total do passivo não circulante			
				Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		513.220	379.362	Capital social	20.a	171.062	171.062
				Reservas de lucros		418.250	293.720
				Total do patrimônio líquido		589.312	464.782
Total do ativo		746.418	574.172	Total do passivo e patrimônio líquido		746.418	574.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita	21	389.372	367.041
Custo das vendas	22	<u>(193.963)</u>	<u>(159.145)</u>
Lucro bruto		<u>195.409</u>	<u>207.896</u>
Despesas com vendas	22	(2.895)	(2.792)
Despesas gerais e administrativas	22	(23.677)	(12.883)
Outras receitas	23	4.779	1.542
Outras despesas	23	<u>(5.836)</u>	<u>(5.207)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<u>167.780</u>	<u>188.556</u>
Receitas financeiras		8.693	10.753
Despesas financeiras		<u>(4.329)</u>	<u>(11.598)</u>
Despesas financeiras líquidas	24	<u>4.364</u>	<u>(845)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>172.144</u>	<u>187.711</u>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	26.a	(12.463)	(23.778)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	26.a	<u>349</u>	<u>563</u>
Lucro líquido do exercício		<u>160.030</u>	<u>164.496</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	27	<u>0,080</u>	<u>0,082</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	160.030	164.496
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>160.030</u></u>	<u><u>164.496</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucros					(Prejuízos)/Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Expansão	Reserva de Lucros	Incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.a	171.062	8.470	89.432	-	63.982	-	332.946
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	164.496	164.496
Reserva legal	20.b	-	8.225	-	-	-	(8.225)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	20.d	-	-	-	-	-	(32.660)	(32.660)
Reserva de Lucro		-	-	-	23.275	-	(23.275)	-
Reserva para Investimentos	20.c	-	-	65.372	-	-	(65.372)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM		-	-	-	-	34.964	(34.964)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.a	171.062	16.695	154.804	23.275	98.946	-	464.782
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	160.030	160.030
Reserva legal	20.b	-	8.001	-	-	-	(8.001)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	20.d	-	-	-	-	-	(35.499)	(35.499)
Reserva de Lucro		-	-	-	85.648	-	(85.648)	-
Reserva para Investimentos	20.c	-	-	(8.439)	8.439	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM		-	-	-	-	30.880	(30.880)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.a	171.062	24.696	146.365	117.362	129.826	-	589.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		160.030	164.496
Ajustes para:			
Depreciação, amortização e exaustão	22	64.633	47.346
Baixa de ativo imobilizado	11	-	264
Provisão para perdas em processos judiciais	19	(450)	929
Provisão para perdas em estoques		268	365
Imposto de renda e contribuição social diferido		(349)	(563)
Imposto de renda e contribuição social corrente		12.463	23.778
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	18	2.226	1.153
Provisão para participação nos resultados		11.110	7.322
Juros sobre arrendamentos	14	1.782	897
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		(927)	(1.875)
		<u>250.786</u>	<u>236.790</u>
Variações em:			
Contas a receber de clientes		17.777	(7.669)
Estoques		(175)	(4.918)
Impostos a recuperar		(598)	5.414
Imposto de renda e contribuição social		(16.279)	(25.922)
Outros créditos e despesas antecipadas		(2.964)	(3.227)
Depósitos judiciais		(2)	2
Fornecedores		4.175	6.166
Salários, encargos e contribuições sociais		25	1.261
Obrigações tributárias		(3.689)	444
Participação nos resultados		(9.298)	(8.513)
Outras contas a pagar		33	(62)
Gastos com recuperação ambiental e desmobilização de ativos		(2.800)	(4.400)
		<u>236.991</u>	<u>204.357</u>
Caixa gerado pelas operações		236.991	204.357
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(5.634)
Juros pagos		(1.183)	(1.539)
		<u>235.808</u>	<u>197.184</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado		(155.797)	(133.477)
Adições ao intangível		-	(97)
Resgates de aplicações financeiras		-	5.807
		<u>(155.797)</u>	<u>(127.767)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de Arrendamentos	14	(20.397)	(12.137)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(5.159)	(36.418)
Liquidação de Derivativos		(5.095)	-
		<u>(30.651)</u>	<u>(48.555)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		125.009	104.147
		<u>174.369</u>	<u>125.009</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NX Gold S.A (“Companhia” ou “NX”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Surubim, nº 577, conjunto 63, Cidade Monções, São Paulo. A Companhia possui uma filial na cidade de Nova Xavantina, Mato Grosso, onde está localizada a mina subterrânea. Sua atividade predominante é a exploração e comercialização de ouro e prata (subproduto).

A NX possui uma propriedade de aproximadamente 133.788 ha em direitos minerários, localizada aproximadamente a 18 quilômetros a oeste da cidade de Nova Xavantina, sudeste do estado do Mato Grosso, consistindo em uma única concessão de lavra, cobrindo uma área de 613,72 ha, onde toda mineração e processamento de ouro ocorrem.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em de 29 novembro de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia. As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir.

4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5 (a)** – reconhecimento de receita: o momento de reconhecimento de receita.

4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou consistentemente as seguintes políticas contábeis a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando de outra forma explicado.

a. Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, conforme determina o CPC 47/IFRS15. A Companhia reconhece a receita em um momento específico do tempo.

A receita é reconhecida quando o controle do bem é transferido para o cliente. Como as vendas da Companhia são baseadas no Incoterm de Custo, Seguro e Frete (“CIF”), pelos quais a Companhia é responsável pela entrega do bem, a receita é reconhecida no instante em que o Companhia completa sua obrigação de desempenho.

Em alguns casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda, sendo os ajustes subsequentes baseados nos movimentos dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final. A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

b. Subvenções governamentais

Os incentivos fiscais são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício e confrontados com a despesa que se pretende compensar, desde que atendidas as condições descritas nas normas contábeis.

(i) Incentivo da SUDAM - Lucro da exploração

Em 11 de dezembro de 2015 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% para a alíquota do imposto de renda para os exercícios de 2013 a 2022, para a produção de ouro e prata, reconhecido na rubrica de Imposto de renda na demonstração do resultado.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem: ganhos com derivativos; ganhos com aplicações financeiras; variação cambial sobre importações e outras receitas e despesas.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

d. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados são reconhecidos como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. É reconhecido um passivo pelo valor que se espera que seja pago se a Companhia tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar esse valor em resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada com confiabilidade.

f. Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios social corrente e diferido são calculados com base em alíquotas de 15% mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 de imposto de renda e 9% do lucro tributável da contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme explicado na nota 5.b.i, a Companhia tem incentivo sobre o Imposto de renda.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, incluindo possíveis benefícios fiscais sobre o imposto de renda, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui os custos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e processamento e outros custos incorridos para colocar os estoques em seu local e condição existentes. No caso de estoques de produção e de trabalhos em curso, o custo inclui uma parte apropriada dos gastos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação e exaustão acumuladas e eventuais perdas acumuladas do valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e implementar as condições necessárias para operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão instalados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

(ii) Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente se for provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluirão para a Companhia.

(iii) Desenvolvimento e construção em andamento

Quando reservas minerais economicamente viáveis foram identificadas e a decisão de prosseguir com o desenvolvimento foi aprovada, os ativos de exploração e avaliação são inicialmente avaliados se existe alguma perda de valor (impairment), e então reclassificado para construções em andamento ou propriedades minerais. Os gastos relacionados ao desenvolvimento estão capitalizados como obras em andamento e estão incluídos nas propriedades minerais, instalações e equipamentos. Custos associados ao comissionamento de novos ativos incorridos antes que eles operem da maneira pretendida pela administração, incluindo os custos diretamente atribuíveis dos testes, são capitalizados. Construções em andamento incluem o preço de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para trazer o ativo para o local e condição necessária para o uso pretendido, incluindo avanços em itens de longa duração. Construção em progresso não é depreciado.

Quando o ativo está operando da maneira pretendida pela administração, os custos de construção em andamento são reclassificados para propriedades minerais ou instalações e equipamentos.

Custos de desenvolvimento da mina, os custos de remoção de estéreis e outros resíduos minerários – custos de remoção – são capitalizados como parte do custo depreciável de instalação, desenvolvimento e construção da mina.

(iv) Custo de remoção de estéril

Onde as atividades de remoção de estéril na etapa de produção ou de desenvolvimento subterrâneo não resultam em estoque produzido, mas fornece melhor acesso ao corpo de minério, os custos são classificados como propriedades minerais quando essas atividades atendem a todos os seguintes critérios: (1) é provável que o benefício econômico futuro associado à atividade fluirá para a Companhia; (2) a Companhia pode estimar a reserva mineral do corpo de minério para o qual o acesso foi melhorado; e (3) os custos relacionados com a atividade associada a essa reserva mineral pode ser medida de forma confiável.

Para minas subterrâneas, os custos incorridos para acessar uma reserva mineral do corpo do minério são capitalizados para jazidas. Esses custos são exauridos com base em unidades de produção durante a vida útil da reserva mineral para a qual o acesso foi construído.

(v) Recuperação ambiental e custos de desmobilização

Os custos esperados de recuperação ambiental da mina e os custos de desativação são capitalizados, com base no valor presente das saídas de caixa esperadas.

(vi) Propriedades minerais

Os custos de exploração e avaliação são transferidos do Intangível para o Imobilizado quando a exploração e avaliação de um bem mineral é considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros são prováveis e a Companhia tem a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo. Uma vez em produção, as propriedades minerais são amortizadas com base na unidade de produção em relação ao componente do corpo de minério a que estão relacionadas.

(vii) Depreciação e exaustão

Itens do ativo imobilizado mineral são depreciados pelo método linear no resultado com base na vida útil econômica estimada de cada componente, exceto os custos de recuperação ambiental e de desativação e propriedades minerais. Os terrenos não são depreciados. Os custos de recuperação ambiental e desativação de propriedades minerais são amortizados pela vida útil da mina.

i. Ativos intangíveis

(i) Ativos de exploração e avaliação

Os custos de exploração e avaliação referem-se à pesquisa inicial de um depósito mineral, o custo de aquisição de direito de exploração mineral e subsequente avaliação para determinar o potencial do depósito mineral. A etapa de exploração e avaliação começa quando a Companhia obtém o direito legal ou a licença para iniciar a exploração, subsequentemente as despesas de exploração e avaliação são capitalizadas como ativos de exploração e avaliação. As despesas de exploração e avaliação são capitalizadas ao custo de aquisição de acordo com a ICPC 18 e IFRS 6.

Quando a exploração e avaliação de propriedade mineral for considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo, os custos relacionados são transferidos do ativo intangível para o ativo imobilizado como propriedades minerais.

Os ativos de exploração e avaliação são submetidos periodicamente a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos Subsequentes

Os Gastos Subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

(iv) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas são mensurados ao custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São representados por programas e licenças com uma vida útil aproximada de 5 anos.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos Ativos da Companhia.
- Os Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor.
- Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; e
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 28 para derivativos designados como instrumentos de hedge.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de ativos financeiros a VJR e a custo amortizado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos não financeiro*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia (ou seja, estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos em cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

No caso de ativos em desenvolvimento (ativos de exploração e avaliação) que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, próximo à data de apresentação.

A fim de testar o valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior dentre o seu valor em uso e o valor justo deduzido de despesas de venda. O valor em uso baseia-se nos fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou de uma UGC exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são calculadas como a diferença entre o valor contábil de um ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. Perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectivas realistas de recuperação do ativo, os valores relativos são baixados. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e a diminuição puder ser relacionada com objetividade a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, então a perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A CPC 48 e IFRS 9 exige uma provisão para perdas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida para contas a receber se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Uma entidade deve sempre medir a provisão de perdas a um montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida para:

- (a) Negocie recebíveis ou ativos contratuais que resultem de transações que estejam dentro do escopo da CPC 47 e IFRS 15 e que:
 - (i) Não contenham um componente de financiamento significativo de acordo com a CPC 47 e IFRS 15 (ou quando a entidade aplicar o expediente prático de acordo com a CPC 47 e IFRS 15); ou,
 - (ii) conter uma componente de financiamento significativa de acordo com a CPC 47 e IFRS 15, se a entidade optar por medir a provisão de perdas a um montante igual às perdas esperadas para perdas ao longo da vida. Essa política contábilística deve ser aplicada a todos esses créditos comerciais ou ativos contratuais, mas pode ser aplicada separadamente aos créditos comerciais e aos ativos contratuais.

A NX pode escolher entre avaliar a provisão aplicando o modelo de perda de crédito esperada ao longo da vida ou o expediente prático.

Para cálculo das perdas de créditos esperados com clientes, a Companhia utiliza as seguintes premissas:

- (a) Classificação de risco do cliente, conforme relatório de Agência de risco de crédito internacional;
- (b) Taxa de inadimplência do cliente por data de vencimento da dívida, conforme relatório de Agência de risco de crédito internacional;
- (c) Taxa de recuperação conforme relatório Agência de risco de crédito nacional.
- (d) A entidade utiliza os expedientes práticos ao mensurar perdas de crédito esperadas. A Companhia considera sua experiência de perda de crédito histórica para contas a receber de clientes para estimar as perdas de crédito esperadas para 12 meses ou as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Participação nos resultados

Reconhecido no balanço patrimonial pelo montante calculado da exigibilidade quando a Companhia gera certas metas predefinidas que são atingidas.

(ii) Recuperação ambiental e desmobilização de ativos

Obrigação constituída a partir de laudo técnico preparado por um terceiro avaliador considerando o valor presente dos custos a serem incorridos para desmobilização da mina. A contrapartida dessa obrigação é um ativo imobilizado que vem sendo amortizado de acordo com a exaustão das reservas minerais existentes.

(iii) Perdas com processos judiciais

Provisão reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presumida ou legal que possa ser estimada de modo confiável em decorrência de evento passado, e é provável que um dispêndio financeiro seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para perdas com processos judiciais é registrada mediante a avaliação e quantificação de ações judiciais cuja perda seja considerada provável na opinião da Administração e de seus advogados.

m. Arrendamentos

O objeto do contrato é a transmissão do direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O arrendador é, portanto, o proprietário do bem, sendo que a posse e a utilização, durante a vigência do contrato, são do arrendatário. O contrato de arrendamento pode prever ou não a opção de compra do bem de propriedade do arrendador. Todo e qualquer contrato firmado entre a Companhia e o arrendador passa por uma avaliação considerando as Normas Brasileiras e internacionais de contabilidade (CPC 06 (R2) /IFRS 16). De acordo com essas normas, existem exceções as quais são denominados expedientes práticos, e de acordo com esses expedientes práticos, duas exceções são avaliadas pela Companhia. Todo o contrato que não tenha mais de 12 meses de duração sem perspectiva de ampliação de seu prazo, não é qualificado como um arrendamento, assim como contratos onde o valor unitário do bem arrendado pela NX, de valor inferior a 05 (cinco) mil dólares e/ou por um valor determinado pela administração da companhia, levando em consideração critérios de materialidade, quantidade de contratos etc., não são considerados arrendamentos.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

No começo do prazo de arrendamento, a Companhia deve reconhecer a aquisição do bem como Ativo e as respectivas obrigações a serem pagas pelo direito de uso deste ativo como Passivo. Caso o arrendatário reconheça o bem pelo valor presente dos pagamentos mínimos, deverá calcular o valor a ser contabilizado como ativo, utilizando a taxa de juros explícita, ou implícita do arrendamento. Se essa taxa de juros não puder ser determinada, deverá ser utilizada a taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário. O bem objeto de arrendamento (leasing) será depreciado de acordo com o prazo de vigência do contrato. Para o caso de contratos em que exista cláusula de possibilidade de aquisição do bem ao final do uso, o ativo deve ser totalmente depreciado durante o prazo de vigência do contrato ou da sua vida útil, o que for menor, e posteriormente adicionado ao Ativo imobilizado em definitivo.

Na data de início, os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os seguintes pagamentos, para o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento, os quais não são efetuados na data de início:

- (a) pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- (b) pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de índice ou de taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa da data de início;
- (c) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- (d) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

Para reconhecimento do ativo de direito de uso deve ser levado em consideração os seguintes indicadores:

- (a) O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (b) Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- (c) Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário; e
- (d) A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário deve incorrer na obrigação por esses custos seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período.

(ii) Remensuração de contrato

O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento descontando os pagamentos de arrendamento revisados, utilizando a taxa de desconto revisada, se:

- (a) houver alteração no prazo do arrendamento. O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados com base no prazo revisado; ou

O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento, descontando os pagamentos de arrendamento revisados, se:

- (a) houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados para refletir a alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual;
- (b) houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, incluindo, por exemplo, uma alteração para refletir alterações nas taxas de mercado de aluguel após a revisão dos aluguéis de mercado.

O arrendatário deve remensurar o passivo de arrendamento para refletir esses pagamentos de arrendamento revisados somente quando houver alteração nos fluxos de caixa (ou seja, quando o ajuste aos pagamentos de arrendamento entrar em vigor). O arrendatário deve determinar os pagamentos de arrendamento revisados para o restante do prazo do arrendamento com base nos pagamentos contratuais revisados.

O arrendatário deve contabilizar a modificação do arrendamento como arrendamento separado se:

- (a) a modificação aumentar o alcance do arrendamento ao acrescentar o direito de utilizar um ou mais ativos subjacentes; e
- (b) a contraprestação pelo arrendamento aumentar em valor compatível com o preço individual para o aumento no alcance e quaisquer ajustes apropriados a esse preço individual para refletir as circunstâncias do contrato específico.

(iii) Encerramento de contrato

O contrato de arrendamento de bens pode ser encerrado fora do período estabelecido previamente nos seguintes casos:

- (a) Por anulação ou acordo das duas partes;
- (b) Pela anulação de uma das partes, devido ao descumprimento da(s) responsabilidade(s) de uma das partes;

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de Caixa

	2022	2021
Saldos bancários (a)	516	1.250
Aplicações de curto prazo (b)	173.853	123.759
	174.369	125.009

- (a) Refere-se à valores em moeda nacional, mantidos essencialmente em contas correntes.
- (b) Referem-se à valores em moeda nacional, mantidos essencialmente em aplicações financeiras de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 85% e 95% em 2022 e 75% a 118% em 2021 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), cujo montante não está vinculado ao cumprimento de obrigações contratuais e pode ser levantado a qualquer momento do banco sem penalização.

8 Contas a receber de clientes

	2022	2021
Coimpa Industrial Ltda	2.196	19.972
	2.196	19.972

A NX , concentra o seu contas a receber em um único cliente, a Coimpa Industrial Ltda.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui apenas 5% do valor das 4 últimas vendas em aberto no contas a receber, com vencimento em janeiro de 2023. Em 2021 havia 100% das duas últimas vendas em aberto com vencimento em janeiro de 2022.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a transações e outros recebíveis encontra-se divulgada na Nota Explicativa 28.

Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Nesta questão a Companhia realizou análises específicas de risco para o cliente individualmente e análise de perda histórica, e concluiu que não há a necessidade de constituição de provisão.

9 Estoques

	2022	2021
Produtos acabados	5.198	4.964
Produtos em elaboração	38	-
Insumos de produção (a)	33.849	30.686
Importação em andamento	<u>-</u>	<u>192</u>
	39.085	35.842

- (a) Devido ao cenário econômico em 2022, tivemos o aumento do preço de todos os insumos, produtos e materiais acabados que compõem o estoque da Companhia.

A provisão para redução ao valor recuperável representa insumos de produção e/ou de baixa movimentação na base de apresentação destas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

(-) Provisão para redução ao valor recuperável	2022	2021
Saldo inicial	(2.140)	(1.775)
Adições	(461)	(481)
Baixas	<u>193</u>	<u>116</u>
Saldo final	<u>(2.408)</u>	<u>(2.140)</u>

10 Impostos a recuperar

	2022	2021
PIS a recuperar (i)	1.410	1.397
COFINS a recuperar (i)	5.611	4.925
IRRF sobre aplicação financeira	966	1.336
ICMS a recuperar	1.032	639
IPI a recuperar	268	393
Outros	<u>298</u>	<u>298</u>
	<u>9.585</u>	<u>8.988</u>

- (i) A Companhia acumula créditos trimestrais de PIS e COFINS ao realizar vendas na zona franca de Manaus. Esses créditos são provenientes das aquisições de insumos e serviços diretamente ligados à produção.

a. Utilização dos créditos tributários

A Companhia realizou a análise de recuperação dos créditos tributários e classificou os créditos em curto prazo de acordo com a expectativa de realização, os quais serão compensados com impostos federais.

11 Imobilizado

a. Conciliação dos valores contábeis

	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Jazidas	Recuperação ambiental e desmobilização	Projetos em andamento	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2021	2.309	53.356	37.048	141.963	9.381	15.210	3.864	263.131
Custos	2.309	65.928	82.588	225.441	14.092	15.210	5.758	411.326
Depreciação acumulada	-	(12.572)	(45.540)	(83.478)	(4.711)	-	(1.894)	(148.195)
Adições	-	258	24.083	40.902	5.557	91.552	2.715	165.067
Baixas	-	-	(674)	-	(585)	(3.215)	-	(4.474)
Transferências	-	5.955	5.556	38.817	-	(50.568)	(4.590)	(4.830)
Depreciação	-	(3.058)	(17.748)	(27.165)	(1.466)	-	-	(49.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.309	56.511	48.265	194.517	12.887	52.979	1.989	369.457
Custos	2.309	72.141	111.553	305.160	19.064	52.979	3.883	567.089
Depreciação acumulada	-	(15.630)	(63.288)	(110.643)	(6.177)	-	(1.894)	(197.632)
Adições (a)	-	-	60.637	38.242	-	104.937	3.989	207.805
Baixas	-	(29)	(1.419)	-	(2.078)	(2.800)	-	(6.326)
Transferências	-	11.701	15.198	-	-	(24.085)	(4.692)	(1.878)
Depreciação	-	(3.596)	(27.504)	(34.138)	(2.578)	-	-	(67.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.309	64.587	95.177	198.621	8.231	131.031	1.286	501.242
Custos	2.309	83.813	185.969	343.402	16.986	131.031	3.180	766.690
Depreciação acumulada	-	(19.226)	(90.792)	(144.781)	(8.755)	-	(1.894)	(265.448)

(a) As adições se referem principalmente a projetos em andamento, com R\$ 65 milhões investidos em explorações geológicas, R\$ 21 milhões para reformas industriais e adequações de equipamentos pesados, e R\$ 18 milhões para projetos de ampliação e melhorias na infraestrutura da mina subterrânea.

Em relação às jazidas, as adições correspondem ao desenvolvimento das minas Santo Antônio e Matinha, com valores respectivos de R\$ 32 milhões e R\$ 6 milhões.

Também foram contratados 8 caminhões pelo valor de R\$ 22 milhões pelo período de 24 meses, manipuladores telescópicos no valor de R\$ 3,2 milhões pelo período de 36 meses, além de 2 jumbos pelo valor de R\$ 5 milhões pelo período de 24 meses.

b. Revisão da vida útil

Em 2022, foi feita a revisão da vida útil dos principais grupos do ativo imobilizado da Companhia.

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações contábeis como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2022.

Abaixo, o quadro demonstra quais as vidas úteis adotadas pela Companhia:

	Anos (2021)	Anos (2022)
Edifícios	25	25
Instalações	10	10
Equipamentos	4-10	4-10
Propriedades minerais	Unidades de produção	Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização	6 anos	6 anos

(i) Contratos de arrendamento

O ativo imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$ 40,1 milhões em 2022 (R\$ 12,1 milhões em 2021) relacionados a edificações e equipamentos arrendados.

	Edificações	Equipamentos	Total
Em 1º de janeiro de 2021	26	4.730	4.756
Adições a ativos de direito de uso (b)	258	18.834	19.092
Despesa de depreciação do exercício	(64)	(11.346)	(11.410)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso (a)	-	(386)	(386)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	220	11.832	12.052
Adições a ativos de direito de uso (b)	-	48.853	48.853
Despesa de depreciação do exercício	(93)	(20.035)	(20.128)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso (a)	(29)	(637)	(666)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	98	40.013	40.111

- (a)** O desreconhecimento dos ativos de direito de uso durante 2022 e 2021 se referem principalmente a rescisão de contratos, devido a mudanças nos procedimentos operacionais, resultando na inviabilização da continuidade do uso.
- (b)** As adições em 2022, referem-se a contratação de 8 caminhões pelo valor de R\$ 22 milhões pelo período de 24 meses, manipuladores telescópicos no valor de R\$ 3,2 milhões pelo período de 36 meses, além de 2 jumbos pelo valor de R\$ 5 milhões pelo período de 24 meses.

12 Ativos Intangíveis

Os Ativos intangíveis referem-se, principalmente, a aquisição de software e direitos minerários. Quando os projetos se tornam viáveis, o valor correspondente é transferido para o ativo intangível como Propriedades Minerárias.

	Programas e Licenças	Direitos Minerários	Total
Em 1º de janeiro de 2021	318	-	318
Adições	97	-	97
Transferências	355	4.474	4.829
Amortização	(105)	-	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	665	4.474	5.139
Custos	1.025	4.474	5.499
Amortização acumulada	(360)	-	(360)
Adições	-	-	-
Transferências	11	1.868	1.879
Amortização	(157)	-	(157)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	519	6.342	6.861
Custos	1.036	6.342	7.378
Amortização acumulada	(517)	-	(517)

Em 17 de Novembro de 2022, a Companhia celebrou um Contrato de Opção de Compra de Direito Minerário no valor de R\$ 1,9 milhões com a empresa AX Mineração de Metais Preciosos Ltda. (Cedente), no qual ela concordou em outorgar à NX Gold S.A. uma opção de compra da totalidade (100%) do seu direito minerário nº 866.676/2006 localizado no município de Nova Xavantina, no estado de Mato Grosso.

Para que a NX Gold S.A. adquira 100% do direito minerário e da participação sobre ele, ela precisará executar um programa mínimo de sondagem de 5.000 metros até o dia 17 de Maio de 2024; em seguida, desde de que o programa mínimo de sondagem seja cumprido, ela deverá emitir uma estimativa de recursos minerais do Direito Minerário elaborada por pessoa qualificada independente e de acordo com as diretrizes CIM e NI 43-101, e entregar esta estimativa à Cedente, esta por sua vez deverá fornecer à NX Gold, sua aceitação ou as justificativas, por escrito, pela contestação da estimativa de Recursos Minerais do Direito Minerário no prazo de 30 dias após o recebimento da mesma pela NX Gold S.A.

13 Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores	26.619	22.865
	26.619	22.865

Em dezembro de 2022, houve a aquisição de uma subestação de energia para atender as necessidades da mina no valor de R\$ 1,3 milhões, reforma da Britagem no valor de R\$ 1,57 milhões, e aquisição de um sistema anticolisão no valor de R\$ 0,6 milhões.

14 Passivo de arrendamento

	2022	2021
Saldo inicial	12.309	4.867
Novos contratos	48.853	19.092
Pagamentos	(20.397)	(12.137)
Juros Financeiros(a)	1.782	897
Baixa ou encerramento	<u>(1.854)</u>	<u>(410)</u>
Saldo final	<u>40.693</u>	<u>12.309</u>
Circulante	<u>22.872</u>	<u>10.461</u>
Não circulante	<u>17.821</u>	<u>1.848</u>
Vencimento	2022	2021
1 - 12 meses	22.872	10.461
1 - 2 anos	16.811	1.836
2 - 5 anos	<u>1.010</u>	<u>12</u>
Total	<u>40.693</u>	<u>12.309</u>

- (a) Para o reconhecimento de novos contratos de arrendamento foi utilizada a taxa desconto de 0,73% ao mês. Os contratos de arrendamento possuem taxa de juros nominal a.a. que variam entre 7% a 9%.

15 Salários, encargos e contribuições sociais

	2022	2021
Provisão para férias	3.821	3.053
Encargos a recolher	2.847	2.504
Outros	<u>304</u>	<u>1.390</u>
	<u>6.972</u>	<u>6.947</u>

16 Impostos a pagar

	2022	2021
ICMS	724	1.495
IRRF sobre o salário dos empregados	559	409
CFEM	837	644
Imposto de renda a pagar	122	1.876
Contribuição social a pagar	3.311	3.482
IRRF sobre terceiros	1.620	1.011
Outros	<u>637</u>	<u>926</u>
	<u>7.810</u>	<u>9.843</u>

17 Participação nos resultados

A Companhia mantém um plano de participação nos resultados, que é pago a gestores e funcionários mediante alcance de metas preestabelecidas que são definidas com base na aprovação do orçamento pelo conselho de administração, o qual é validado junto ao Sindicato. Também como forma de beneficiar o seu colaborador, a Companhia fez adiantamento desse benefício no ano corrente. O quadro a seguir demonstra a movimentação do benefício complementar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	4.198	5.389
Constituição da provisão do ano	11.110	7.322
Valores pagos referentes ao ano anterior	(7.232)	(6.844)
Adiantamento de PLR no ano corrente	(2.066)	(1.669)
	6.010	4.198
Saldos em 31 de dezembro	6.010	4.198
Circulante	4.128	2.678
Não circulante	1.882	1.520

18 Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos

A Companhia constitui provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos com base em laudos de avaliação preparados por terceiros. O último estudo foi realizado em 2022. A cada três anos a Companhia realiza o estudo de fechamento de mina através de empresa especializada.

Em 2022, a Companhia realizou pagamentos para atendimento do plano de fechamento de mina no montante de R\$ 2,8 milhões.

	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2022	Diminuição de Provisão	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2022
Projetos	10,41%	21.371	(2.078)	2.226	(2.800)	18.719
		21.371	(2.078)	2.226	(2.800)	18.719
		Saldo em 01/01/2021	Novas provisões	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2021
Projetos	5,85%	19.646	4.972	1.153	(4.400)	21.371
		19.646	4.972	1.153	(4.400)	21.371

A provisão refere-se a custos relacionados ao fechamento da mina e recuperação, com a conclusão das atividades de mineração e desmobilização de ativos relacionados à mina. Quando a provisão é reconhecida, o custo correspondente é capitalizado como parte do imobilizado e é depreciado da mesma forma sobre o ativo relacionado e contabilizado na demonstração do resultado.

O passivo não circulante é mensurado posteriormente com o uso de uma taxa de desconto livre de risco a longo prazo aplicável ao passivo e contabilizado na demonstração do resultado como despesas financeiras até que a Companhia efetue os pagamentos relacionados ao fechamento da mina e à desmobilização dos ativos de mineração.

Os valores acumulados dessas obrigações não são deduzidos dos custos prováveis cobertos por seguros ou indenizações.

19 Provisão para perdas com processos judiciais

a. Riscos provisionados

Com base em uma análise individual dos processos administrativos e judiciais contra a Companhia, são mantidas provisões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 1,9 milhões (R\$ 2,4 milhões em 2021), para riscos relacionados a processos de natureza trabalhistas.

Movimentação da provisão

	2022	2021
Em 1º de janeiro	2.399	1.469
Adições	805	1.105
Reversões	<u>(1.255)</u>	<u>(175)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.949</u>	<u>2.399</u>

As provisões para perda foram constituídas para os processos em que a possibilidade de perda foi avaliada como provável de perda, com base na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia.

As ações referem-se substancialmente a reclamações relacionadas horas extras e indezações.

O entendimento da administração da Companhia é de que o desfecho desfavorável de suas ações, individualmente ou em conjunto, não teram impacto adverso significativo nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

b. Riscos não provisionados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existem outros processos em andamento, para os quais, em consonância com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões, já que a probabilidade de perda fora classificada como possível, conforme segue:

Natureza	2022	2021
Cível	1.049	990
Trabalhista	<u>175</u>	<u>-</u>
	<u>1.224</u>	<u>990</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital subscrito e integralizado era de R\$ 171,1 milhões composto por 2.005.715.350 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	2022		2021	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Tugalla B.V.	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Branford Participações	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Ero Gold Corporation	1.956.913.440	97,57	1.956.913.440	97,57
Outros	10.618.410	0,53	10.618.410	0,53
	2.005.715.350	100	2.005.715.350	100

b. Reservas de lucro

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Incentivos fiscais

Em 11 de dezembro de 2015 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% na alíquota do imposto de renda relativa aos exercícios de 2013 a 2022, para a produção de ouro e prata.

Esse incentivo fiscal é reconhecido em conta específica no resultado, e após o encerramento do exercício, o incentivo é destinado à constituição de reserva de incentivos fiscais, conforme previsto na legislação societária. Durante o exercício de 2022 o montante do incentivo fiscal foi de R\$ 30,9 milhões (R\$ 35 milhões em 2021), conforme demonstrado abaixo:

Exercícios	
Acumulado de anos anteriores	63.981
2021	34.964
2022	30.880
	129.826

c. Reserva de expansão

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para novos projetos relacionados a novas minas, conforme proposta no orçamento previamente aprovado pelo controlador.

Exercícios	
Acumulado de anos anteriores	89.432
2021	65.372
2022	(8.439)
	146.365

No período encerrado em 31 de dezembro de 2022 após atualização do orçamento de capital para novos projetos, foram destinados R\$ 8,4 milhões para a reserva de lucros.

Reserva de Lucros a distribuir

Com base na Lei 6.404/76 e de acordo com estatuto social da Companhia, foram registrado distribuição de dividendos mínimos e constituição das reservas legal e estatutária, atingindo o limite legal das reservas. Motivo pelo qual houve excedente de lucro para que ficou à disposição da assembleia geral.

d. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Legislação Societária.

Em 31 de dezembro de 2022 os dividendos foram calculados conforme segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	160.030	164.496
(-) Incentivo IR red. 75%	(30.880)	(34.964)
Lucro base para dividendos e reservas	129.150	129.532
(-) Reserva legal (5%)	(8.001)	(8.225)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	121.149	121.307
Dividendos propostos (25%)	30.287	30.327

No período encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido valor R\$ 30,3 milhões a título de dividendos a pagar pela Companhia.

Durante o exercício de 2022 a Companhia efetuou pagamentos de Juros sobre Capital próprio que gerou o reconhecimento de IRRF no valor de 5.212.

21 Receita operacional líquida

	2022	2021
Venda de ouro e prata	394.745	372.630
(-) Impostos sobre vendas	(5.373)	(5.589)
Total de receita	389.372	367.041

A variação da receita em 2022 ocorreu principalmente devido a quantidade de ouro vendida, cujo aumento foi de 10,8% em relação ao ano de 2021.

As receitas estão sujeitas ao CFEM, pelas alíquotas vigentes na legislação específica para cada imposto e são registradas como redução da receita operacional bruta. Esses tributos são incluídos na receita operacional bruta e apresentados como uma dedução separada para fins de divulgação para reconciliar a receita líquida reconhecida na demonstração do resultado.

22 Custo e despesas operacionais

Custo das vendas	2022	2021
Materiais	(31.634)	(24.116)
Pessoal	(41.312)	(34.030)
Depreciação, amortização e exaustão	(64.634)	(47.346)
Serviços de terceiros	(45.017)	(43.302)
Outros custos	(11.366)	(10.351)
	<u>(193.963)</u>	<u>(159.145)</u>
Despesas de vendas	2022	2021
Transporte	(2.895)	(2.792)
	<u>(2.895)</u>	<u>(2.792)</u>
Despesas gerais e administrativas	2022	2021
Materiais	(546)	(180)
Pessoal	(11.047)	(5.748)
Serviços de terceiros	(8.867)	(5.699)
Outras despesas	(3.216)	(1.256)
	<u>(23.677)</u>	<u>(12.883)</u>
	<u>(220.535)</u>	<u>(174.820)</u>
Total de custos e despesas operacionais	2022	2021
Materiais	(32.180)	(24.296)
Pessoal (a)	(52.359)	(39.778)
Depreciação e amortização (b)	(64.634)	(47.346)
Serviços de terceiros	(53.884)	(49.001)
Transporte	(2.895)	(2.792)
Outros custos e despesas	(14.582)	(11.607)
	<u>(220.535)</u>	<u>(174.820)</u>

- (a) Essa variação se deve-se ao aumento do quadro de em 2022, e também pela aplicação do dissídio de 12,50%.
- (b) Essa variação se deve tanto a adição de novas reservas quanto aos investimentos realizados no desenvolvimento da mina, pois ambos os fatores contribuíram para que o valor da exaustão fosse de R\$ 27,2 milhões em 2021, para R\$ 33,9 milhões em 2022.

23 Outras receitas e despesas

	2022	2021
Venda de sucata	55	45
Reversão de processos judiciais	1.255	175
Reversão de perdas de materiais	193	116
Recuperação de créditos tributários (b)	1.521	723
Outras receitas operacionais	<u>1.755</u>	<u>483</u>
Outras receitas	<u>4.779</u>	<u>1.542</u>
Provisão para perdas em processos judiciais (a)	(805)	(1.105)
Perda com processos judiciais	(462)	(207)
Perda na Venda Itens de Imobilizado	-	4
Perdas por alienação	(771)	(23)
Provisão para perdas materiais	(461)	(481)
Despesa Tributária	(112)	(149)
Gastos relacionados com a COVID-19	(1.153)	(3.112)
Impostos de renda e contribuição social	-	-
ICMS sobre insumos	(1.234)	-
Outras despesas Operacionais	<u>(838)</u>	<u>(134)</u>
Outras despesas	<u>(5.836)</u>	<u>(5.207)</u>
Outras receitas e despesas	<u>(1.057)</u>	<u>(3.665)</u>

(a) A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cujo risco de perda é provável conforme avaliação de nossos consultores jurídicos.

(b) A recuperação de créditos tributários ocorreu da seguinte forma:

2021 - A Companhia procedeu com o levantamento de créditos de PIS/COFINS sobre a exaustão do ano corrente.

2022 - A Companhia procedeu com o levantamento de créditos, conforme explicado na nota explicativa 10.a.

24 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Lucros de investimentos financeiros	7.488	5.807
Varição cambial na importação e outros	7	2
Receita de <i>hedge</i> cambial (a)	1.193	4.856
Outras receitas	<u>5</u>	<u>88</u>
Total das receitas financeiras	<u>8.693</u>	<u>10.753</u>
Despesas de <i>hedge</i> cambial (a)	-	(6.787)
Varição cambial sobre importação e outros itens	(4)	(15)
Varição monetária ARO	(2.226)	(1.153)
Comissão conta garantida	(1)	(439)
Despesas com juros sobre arrendamento	(1.782)	(897)
Juros parcelamento tributos	-	(194)
Juros obrigações tributárias/fiscais	(274)	(1.881)
Outras despesas	<u>(42)</u>	<u>(232)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(4.329)</u>	<u>(11.598)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>4.364</u>	<u>(845)</u>

(a) Operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia contou com instrumentos de hedge do tipo NDF para proteção contra oscilação do dólar para o primeiro trimestre de 2022. Essa proteção está atrelada às vendas em moeda estrangeira, de forma a neutralizar os impactos causados pela variação cambial, sem haver grandes desvios das projeções orçamentárias, dando maior segurança sobre o seu cumprimento. Durante o ano de 2022, houve liquidações de operações de hedge que totalizaram R\$ 5,1 milhões a pagar.

Seguindo as normas contábeis de marcação dessas operações a mercado, por metodologia aplicável a valor justo, mensalmente as operações são corrigidas registrando variações de ganhos e de perdas conforme os índices de mercado (curva futura do USD e juros). Dado que o dólar sofreu grandes oscilações durante o primeiro trimestre do ano de 2022, tendo sua máxima em 5,7042 e mínima em 4,7378, a Companhia registrou uma receita líquida financeira de R\$ 1,2 milhões na marcação dos valores das operações de hedge.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos demonstra todas as operações dessa natureza realizadas durante o exercício, incluindo ajustes de marcação a mercado (MTM) de operações não liquidadas.

25 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas os acionistas, empresas relacionadas, diretores e administradores e suas famílias.

a. Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Em 2021 havia saldo proveniente, basicamente, de transações com a empresa ligada Mineração Caraíba S.A., conforme segue:

	2022	2021
Contas a pagar		
Mineração Caraíba S.A. (a)	197	161
Despesas Administrativas		
Mineração Caraíba S.A. (a)	(2.310)	(1.817)

(a) Refere-se ao saldo de serviço compartilhado à empresa de mesmo grupo econômico Mineração Caraíba S.A.

b. Remuneração dos administradores

Não houve remuneração para conselheiros e diretores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A remuneração, bem como outros benefícios concedidos, é paga pela coligada Mineração Caraíba S.A., uma vez que a administração é comum a ambas as companhias.

26 Imposto de renda e contribuição social

a. Despesa de imposto de renda

Composição da despesa de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) no exercício

	2022	2021
IR e CS Corrente	(12.463)	(23.778)
IR e CS Diferidos	349	563
	<u>(12.114)</u>	<u>(23.215)</u>

b. Conciliação da taxa efetiva

	2022	2021
Resultado antes de impostos	172.144	187.711
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto calculado pela alíquota fiscal combinada	<u>(58.529)</u>	<u>(63.822)</u>
Adições permanentes		
Eventos	(270)	(99)
Brindes e doações	(106)	(64)
Multas e taxas	(5)	(50)
Outras adições	-	-
	<u>(381)</u>	<u>(213)</u>
Exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	11.740	5.259
Incentivos fiscais	32.806	35.246
IRRF - Sobre Aplicação Financeira 2022	1.901	-
IR diferido constituído de anos anteriores	349	315
	<u>349</u>	<u>315</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(12.114)</u>	<u>(23.215)</u>
Alíquota efetiva	12%	12%

c. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que for provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia possui o benefício SUDAM que reduz o percentual do imposto de renda em 75%. Assim, para determinação dos tributos diferidos, a alíquota do IRPJ passa a ser de 6,25%.

(i) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de compensação são os seguintes:

	2022	2021
Ativo de imposto diferido	14.476	10.439
Passivo de imposto diferido	<u>(9.822)</u>	<u>(6.134)</u>
Imposto diferido, líquido	<u>4.654</u>	<u>4.305</u>

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Empresa.

	2022	2021
Ativo		
Provisão bônus	964	683
Depr. Bens arrendados	6.903	3.596
ARO Correção Monetária	1.559	1.219
Demais diferenças temporárias	<u>5.050</u>	<u>4.941</u>
	14.476	10.439
Passivo		
Diferença temporária receita variação Cambial competência	(2.655)	(2.472)
Depreciação - Diferença Taxa Contábil e Fiscal	(360)	(113)
Pagamento arrendamento Mercantil IRFS 16	<u>(6.807)</u>	<u>(3.549)</u>
	(9.822)	(6.134)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo, líquido	<u>4.654</u>	<u>4.305</u>

(ii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação no resultado dos impostos diferidos é a seguinte:

	2022	2021
Com efeitos no resultado		
Provisão Processos Tributários e Cíveis	2.680	1.266
Depr. Bens arrendados	356	296
ARO Correção Monetária	339	176
Provisão bônus	282	49
Excedente PAT	80	-
Provisão Perda Venda Materiais	96	79
Pagamento parcela e despesa financeira arrendamento Mercantil	(2.986)	(1.630)
Depreciação – Taxa Contábil X Fiscal	(247)	(113)
Diferença temporária Receita Variação Cambial Competência	(183)	297
Demais diferenças temporárias	<u>(68)</u>	<u>143</u>
Total dos efeitos no resultado	349	563

27 Lucro por ação

O cálculo do resultado básico/diluído por ação foi baseado no lucro líquido do exercício alocado aos acionistas ordinários, como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	160.030	164.496
Número de ações ordinárias (Nota Explicativa 20)	<u>2.005.715.350</u>	<u>2.005.715.350</u>
Lucro básico por ação (R\$)	<u>0,080</u>	<u>0,082</u>

28 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme segue:

		Valor contábil		Valor justo	
		2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros	Medição				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	174.369	125.009	174.369	125.009
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	<u>2.196</u>	<u>19.972</u>	<u>2.196</u>	<u>19.972</u>
Total dos ativos financeiros		<u>176.565</u>	<u>144.981</u>	<u>176.565</u>	<u>144.981</u>
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	26.619	22.865	26.619	22.865
Outras contas a pagar	Custo amortizado	197	161	197	161
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	40.693	12.309	40.693	12.309
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor Justo por meio do Resultado	-	<u>6.288</u>	-	<u>6.288</u>
Total dos passivos financeiros		<u>26.816</u>	<u>29.314</u>	<u>26.816</u>	<u>29.314</u>

Valor contábil versus valor justo

Todas as operações envolvendo ativos e passivos de instrumentos financeiros, que não sejam instrumentos financeiros derivativos, a administração considera o valor justo como equivalente do valor contábil.

Os valores justos dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu próprio julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado (Nível II), no final do ano.

b. Gestão de riscos financeiros

(i) Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro decorrentes do descumprimento de suas obrigações contratuais.

A Companhia busca minimizar o risco de crédito de seus clientes com base em contratos de longo prazo com preços e prazos de pagamento preparados de comum acordo entre as partes.

Ademais, a empresa tem contatos com outros clientes em potencial que podem comprar sua produção. O mercado de ouro é um mercado de alta liquidez, e a Companhia tem muitas opções para vender sua produção. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 5% das quatro últimas vendas em aberto no contas a receber, com vencimento em janeiro de 2023. Atualmente, o prazo de recebimento de seu cliente, COIMPA Industrial Ltda., é como segue:

Prazo de Recebimento – COIMPA

95%	Até 24 horas após recebimento do embarque na planta da COIMPA
5%	Dois dias após obtenção dos resultados das análises conforme previsto em contrato

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia busca aplicar seu caixa na melhor combinação das melhores taxas e em instituições financeiras financeiramente sólidas, reconhecidas por suas classificações de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

Eles são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação entre BBB- e AAA, com base na classificação das principais agências de classificação.

Os valores contábeis dos ativos financeiros abaixo representam a exposição máxima do crédito na data do balanço:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	174.369	125.009
Contas a receber de clientes	<u>2.196</u>	<u>19.972</u>
Total	<u>176.565</u>	<u>144.981</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco associado às dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a operação normal da Companhia.

Fluxos de caixa contratuais				
	Saldo Contábil	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	Acima de 12 meses
31 de dezembro de 2022				
Passivos financeiros				
Fornecedores	26.619	26.619	26.619	-
Passivo de arrendamento	40.693	44.358	24.840	19.518
Outras contas a pagar	197	197	197	-
	67.509	71.174	51.656	19.518
Fluxos de caixa contratuais				
	Saldo Contábil	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	Acima de 12 meses
31 de dezembro de 2021				
Passivos financeiros				
Fornecedores	22.865	22.865	26.619	-
Passivo de arrendamento	12.309	13.034	10.948	2.086
Outras contas a pagar	161	161	197	-
	35.335	36.060	37.764	2.086

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade. Todas essas operações são conduzidas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração.

Risco de variação cambial

Como parte de sua atividade a Companhia incorre em riscos cambiais relacionados à venda de seus produtos que são cotados em dólares norte-americanos, no entanto o seu faturamento é feito em moeda nacional.

Risco de taxa de juro

A Companhia possui operações pré e pós-fixadas atreladas à variação do CDI sobre aplicações em compromissadas e CDB de liquidez imediata. A Administração entende que a queda na taxa CDI não apresenta impactos significativos no resultado da Companhia.

A exposição da Empresa ao Risco CDI em 31 de dezembro de 2021 era equivalente a 21% de seu ativo total. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição ao Risco CDI passou a 23%.

Análise de sensibilidade

	Em R\$ mil		
	Cenário Provável	Cenário 10% Possível Variação	Cenário 20% Remoto Variação
Exposição à alta da taxa de juros 31 de dezembro de 2022			
Caixa e Equivalentes de caixa	173.853	749	1.497
Exposição líquida	173.853	749	1.497
	Em R\$ mil		
	Cenário Provável	Cenário 10% Possível Variação	Cenário 20% Remoto Variação
Exposição à alta da taxa de juros 31 de dezembro de 2021			
Caixa e Equivalentes de caixa	123.759	581	1.161
Exposição líquida	123.759	581	1.161

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não se baseiem em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

As operações de instrumentos financeiros derivativos têm como objetivo proteger-se contra as variações nos preços das commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram designados como hedge econômico, ou seja, sem aplicação de hedge contábil. Em 31 de dezembro de 2022, não foram contratadas nenhuma operação de hedge.

Valorização de mercado de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia manteve operações de NDF utilizadas como hedge de risco cambial vinculado ao dólar atrelado ao preço de venda. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis retirados dos mercados futuros da BM&F.

* * *

Eduardo De Come
Diretor Executivo Financeiro

Wagner Oliveira Pinheiro
Contador CRC RJ 111105/O-5